

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Brasília, novembro de 2016

Abordagem da Apresentação

- ✓ **Categorias de Segurado do RGPS**
- ✓ **Contribuinte Individual - atividades**
- ✓ **Formas de recolhimento e filiação**

LEGISLAÇÃO BÁSICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

- ✓ Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991
- ✓ Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991
- ✓ Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999

Categorias de segurados

Obrigatórios:

- ✓ Empregados: Urbanos e Rurais
- ✓ Trabalhadores Avulsos
- ✓ Contribuintes Individuais (urbanos/rurais):
 - Conta-própria;
 - Empresários.
- ✓ Empregados domésticos;
- ✓ Segurados Especiais (pequenos produtores rurais).

Facultativos:

- ✓ São segurados facultativos da Previdência Social, as pessoas, com 16 anos ou mais de idade, que voluntariamente se filiarem ao RGPS. Exemplo: donas-de-casa; estudantes; desempregados; presidiários não remunerados.

Contribuinte individual

Aquele que presta serviço de natureza urbana ou **rural**, em caráter eventual, a uma ou mais empresas sem relação de emprego.

Contribuinte individual - rural

- ✓ **Trabalhadores rurais titulares de empresa rural**
- ✓ **Pessoa física que explora atividade agropecuária em área superior a 4 módulos fiscais**
- ✓ **Pessoa física que explora atividade rural/agropecuária com auxílio de empregados**
- ✓ **Quem presta serviço de natureza rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas ou pessoa física, sem relação de emprego**

O diarista rural, também conhecido como trabalhador eventual, boia-fria, volante ou biolo, é enquadrado nesse grupo de trabalhadores.

Contribuinte individual - rural

✓ Para efeito de benefícios

- Art. 143 da Lei nº 8.213, de 1991
- Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006
- Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007
- Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008

3º Na concessão de aposentadoria por idade do empregado rural, em valor equivalente ao salário mínimo, serão contados para efeito de carência:

I – até 31 de dezembro de 2010, a atividade comprovada na forma do art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

II – de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, cada mês comprovado de emprego, multiplicado por 3 (três), limitado a 12 (doze) meses, dentro do respectivo ano civil; e

III – de janeiro de 2016 a dezembro de 2020, cada mês comprovado de emprego, multiplicado por 2 (dois), limitado a 12 (doze) meses dentro do respectivo ano civil.

CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADOS, CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS E FACULTATIVOS

- ✓ **Empregados** contribuem com 8%, 9% ou 11% do salário-de-contribuição dentro dos limites mínimo e máximo (salário mínimo e teto);
- ✓ **Contribuintes Individuais** contribuem com 20% sobre o salário-de-contribuição dentro dos limites mínimo e máximo;
- ✓ **Contribuintes facultativos** (segurados sem a obrigação de contribuir – donas de casa, estudantes) seguem as regras do contribuinte individual).
- ✓ **Programas de incentivo à formalização com alíquotas reduzidas:**
 - Plano Simplificado: 11% sobre o SM
 - Donas (os) de casa de baixa renda: 5% sobre o SM
 - Microempreendedor individual: 5% sobre o SM)

Diarista rural – formas de filiação

- ✓ **Contribuinte individual**
- ✓ **Consórcio simplificado de produtores rurais (art. 25-A da Lei nº 8.212/1991, acrescentado pela Lei nº 10.256, de 2001)**
- ✓ **Cooperativa de trabalho (Lei nº 12.690, de 2012)**
- ✓ **Microempreendedor individual – MEI (LC nº 123, de 2006, art. 18-A, § 1º - na redação dada pela LC nº 155, de 27.10.2016)**

OBRIGADA!

MARIA ALVES DOS SANTOS

E-mail: maria.asantos@previdencia.gov.br